O TEXTO ESCRITO E ORAL LETRADO NA UNIVERSIDADE: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

THE WRITTEN AND ORAL LITERATE TEXT AT THE UNIVERSITY:
ELEMENTS FOR UM ENUNCIATIVE APPROACH

Giovane Fernandes Oliveira¹

RESUMO: *Este artigo objetiva responder à seguinte questão: como se constituem enunciativamente a escrita e a oralidade letrada na universidade? Para tanto, inicialmente realiza uma incursão pelos campos dos Estudos dos Letramentos Acadêmicos e da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, incursão esta que evidencia a relevância social de pesquisas acerca das práticas letradas acadêmicas e o potencial de um diálogo interdisciplinar entre tais pesquisas e as teorias textuais, discursivas e enunciativas. Em seguida, a partir da perspectiva enunciativa benvenistiana, desenvolve uma concepção de escrita e oralidade acadêmicas como formas complexas do discurso letrado por meio das quais o locutor-aluno apropria-se dos conhecimentos disciplinares e das convenções escriturais próprias ao seu campo do saber, instaurando-se, assim, como sujeito de linguagem nas culturas de escrita acadêmica.*

PALAVRAS-CHAVE: enunciação; letramento acadêmico; escrita e oralidade acadêmicas.

ABSTRACT: *This article aims to answer the following question: how are writing and literate orality enunciatively constituted at the university? To do so, it initially makes a foray into the fields of Academic Literacy Studies and Émile Benveniste's Theory of Enunciation in order to highlight the social relevance of research on literate academic practices and the potential of an interdisciplinary dialogue between such research and textual, discursive and enunciative theories. Then, from Benveniste's enunciative perspective, it develops a conception of academic writing and orality as complex forms of literate discourse by which the speaker-student appropriates the disciplinary intelligence and the writing conventions inherent to his own field of knowledge, thus constituting himself as a subject of language in academic writing cultures.*

KEYWORDS: enunciation; academic literacy; academic writing and orality.

1 Introdução

A entrada na universidade requer novas formas de se relacionar com a língua em suas modalidades escrita e falada. A incorporação dos modos de produzir e compreender textos escritos e orais letrados, em contexto acadêmico, é um desafio tanto para os discentes, em seu

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem, vinculado à linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Letras) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

processo de aprendizagem, quanto para os docentes e as instituições de ensino que estão comprometidos mais com a garantia de uma educação de qualidade para todos do que com a reprodução de discursos naturalizados acerca de uma suposta incapacidade dos alunos em relação ao domínio das práticas discursivas universitárias.

Dentre tais discursos, destaca-se o *discurso do déficit do letramento*, segundo o qual os estudantes chegam à universidade sem serem capazes de ler e escrever. Conforme Fischer (2007), trata-se de uma queixa generalizada vinda tanto dos professores, que alegam serem os problemas dos alunos com a língua escrita um obstáculo ao avanço do conteúdo proposto, quanto dos próprios alunos, os quais reclamam das dificuldades que enfrentam nas disciplinas devido à falta de conhecimentos prévios sobre os temas e os gêneros textuais nelas abordados.

Os Estudos dos Letramentos Acadêmicos (doravante, ACLITS²) questionam essa pretensa inaptidão dos estudantes e defendem que eles “são letrados e, muito provavelmente, não se engajaram ainda nas práticas letradas esperadas no contexto acadêmico” (FIAD, 2011, p. 360). Neste trabalho³, recusamos o discurso do déficit e, considerando os desafios com os quais se depara o aluno ao ingressar no mundo acadêmico e ter de se inserir em novos contextos de uso da linguagem, procuramos responder à seguinte questão: *como se constituem enunciativamente a escrita e a oralidade letrada na universidade?*

Para tanto, realizaremos o seguinte percurso: inicialmente, apresentaremos a perspectiva dos ACLITS, que nos ajuda a melhor compreender o fenômeno investigado neste trabalho (o letramento acadêmico); em seguida, apresentaremos a perspectiva enunciativa de Émile Benveniste, que nos fornece o *ponto de vista* a partir do qual o fenômeno é convertido em *objeto de estudo* (a enunciação); por fim, buscaremos reunir elementos para uma abordagem enunciativa da produção e da compreensão de textos escritos e orais letrados em contexto acadêmico.

2 A perspectiva dos letramentos acadêmicos

Os ACLITS surgem, no Brasil e no exterior, a partir da abertura das universidades a grupos sociais historicamente banidos de seus muros. Conforme Sito (2016, p. 76), esse campo objetiva “reconhecer, a partir da voz dos estudantes, como as convenções da escrita acadêmica incidem sobre a sua construção do conhecimento” e “explorar se são

² Sigla de *Academic Literacies Studies* (*Estudos dos Letramentos Acadêmicos*, em inglês).

³ Este artigo é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Do homem na língua ao sujeito na escrita: bases para um diálogo entre Letramento e Enunciação*, orientado pela Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva e defendido, em dezembro de 2016, no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

desenvolvidas, na academia, alternativas para construir conhecimentos”. Tais estudiosos investigam a relação dos alunos com as práticas acadêmicas de letramento, como eles as significam e as valoram, bem como os efeitos delas em sua constituição letrada.

Refletindo sobre a entrada na universidade de discentes sem tradição de escrita acadêmica como algo que deve ir além do acesso físico à instituição, Lillis (1999) defende uma pedagogia universitária que possibilite a apropriação pelos estudantes dos recursos simbólicos privilegiados nesse espaço, ao mesmo tempo em que problematize tais recursos. Nesse sentido, argumenta Marinho (2011, p. 6) que as dificuldades maiores dos alunos não estariam nos aspectos formais das práticas letradas acadêmicas, mas na interrogação destas, a fim de “compreender como se constituem essas práticas, desenhando um quadro mais complexo de questões relacionadas, sim, a habilidades linguísticas, mas sobretudo a dispositivos que refletem relações de poder, disputas e violência simbólica”.

A esse respeito, Street (2017) discorda parcialmente da posição de Lillis e Scott (2007) em defesa da necessidade de o letramento acadêmico enfocar a *transformação* das práticas correntes de leitura e escrita na universidade. Para o antropólogo, o letramento acadêmico deve privilegiar uma *reflexão crítica* de tais práticas, mais do que uma tentativa de *transformá-las*, pois professores e alunos podem reconhecer as particularidades das práticas de um determinado contexto e aprender a *trabalhar* criticamente com elas, mais do que tentar *subjugá-las*. Isso não significa que Street não valorize iniciativas de transformação – sobretudo, conforme o próprio autor, de processos hegemônicos de exclusão dos estudantes –, mas que ele considera a sua abordagem dos *letramentos acadêmicos* “como algo talvez mais etnográfico e menos político, na medida em que auxilia os participantes a perceberem e conceitualizarem o que de fato ocorre mais claramente como uma base para suas próprias atividades” (STREET, 2017, p. 24).

Quanto às interfaces teóricas propostas pelos ACLITS, destaca-se o diálogo do campo com as Teorias do Texto, do Discurso e da Enunciação. A esse propósito, Fiad (2015, p. 30) afirma ser “possível pensar no letramento acadêmico tentando articular concepções teóricas advindas dos Letramentos Acadêmicos com concepções teóricas advindas dos estudos do texto e do discurso” (FIAD, 2015, p. 30). No Brasil, teóricos como Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux são convocados a interrogarem os processos envolvidos no complexo fenômeno do letramento acadêmico. Contudo, um teórico pouco lembrado por tais estudos é Émile Benveniste, o qual, diferentemente dos dois anteriores, não é um filósofo, mas um linguista, tido como aquele que inseriu a problemática da subjetividade no seio dos estudos linguísticos

de origem saussuriana. É desse pensador intrigante e da perspectiva teórica por ele inaugurada que passaremos a falar na seção seguinte.

3 A perspectiva enunciativa benvenistiana

Introdutor da noção de *enunciação* na Linguística, Benveniste só viria a ser reconhecido pelos linguistas, de acordo com Dosse (1994), após a publicação, em 1970, de *O aparelho formal da enunciação*, texto que sintetiza mais de trinta anos de reflexões suas sobre a enunciação. Outro artigo importante do teórico é *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968)⁴, o qual apresenta uma síntese de suas formulações sobre as relações entre a linguagem, a sociedade e a subjetividade. Esses dois textos estabelecem os grandes princípios da Teoria da Enunciação atribuída a Benveniste, atribuição esta feita postumamente, visto que o linguista jamais propôs um modelo acabado de análise que pudesse ser entendido como uma teoria linguística no sentido *stricto sensu* do termo (FLORES, 2013)⁵. Tais princípios são a *intersubjetividade*, a *referência* e a *inclusão do falante como sujeito em seu discurso e como participante na sociedade*.

Em *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste concebe a enunciação como o ato individual de utilização da língua. Esse ato possibilita a passagem de locutor a sujeito e a conversão da língua em discurso, pois antes da enunciação *a língua não é senão possibilidade da língua*, assim como “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). O ato enunciativo introduz aquele que fala em sua fala, permitindo que cada um, ao tomar a palavra, possa dizer *eu* e constituir-se sujeito *na e pela* linguagem. Mas a tomada da palavra supõe o seu compartilhamento, de modo que, ao se apropriar da língua para enunciar, o locutor postula um alocutário, real ou imaginado, individual ou coletivo, a quem diz *tu* e com quem reveza o direito de dizer. Juntos, locutor (*eu*) e alocutário (*tu*) constituem o *quadro figurativo da enunciação*, a estrutura intersubjetiva do diálogo que os instancia no discurso como figuras que são alternadamente protagonistas da enunciação. A intersubjetividade, enquanto *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, é, pois, o que em geral caracteriza a enunciação.

⁴ Neste estudo, a referência aos textos benvenistianos é feita do seguinte modo: após o título, entre parênteses, consta o ano da publicação original do respectivo texto na França; após citações diretas, porém, a referência é feita a partir da edição brasileira consultada.

⁵ Do mesmo modo, Benveniste nunca fez do ensino de línguas um objeto de pesquisa, de forma que um estudo do letramento acadêmico que a ele se filie teoricamente deve realizar deslocamentos de suas reflexões sobre a linguagem, deslocamentos estes autorizados pela fertilidade mesma desse pensamento instigante sobre as relações entre o humano e o linguístico.

A condição da enunciação e, por conseguinte, da intersubjetividade por ela instaurada reside na *necessidade de referir* pelo discurso por parte do locutor e na *possibilidade de co-referir* identicamente por parte do alocutário. É também em *O aparelho formal da enunciação* (1970) que Benveniste situa a referência como parte integrante da enunciação, na medida em que nesta “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Essa *relação com o mundo* não é especular, isto é, o discurso enquanto lugar de constituição de referências e co-referências não é um espelho que reflete a realidade factual, como se a língua fosse um instrumento de comunicação transparente e refletisse diretamente o mundo extralinguístico. Trata-se, antes, de uma reprodução-criação dessa realidade externa à língua, que, ao ser mobilizada na enunciação, transforma tal realidade em realidade de discurso.

A intersubjetividade e a referência são também abordadas em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), texto em que há uma ampliação do escopo da enunciação “ao campo do social não prevista nos textos anteriores” de Benveniste (FLORES, 2013, p. 115). Nesse artigo, Benveniste considera a língua o sistema interpretante da sociedade e a sociedade o sistema interpretado por excelência da língua, o que significa admitir que a sociedade torna-se significante e existe somente *na e pela* língua. Um dos fatores que justifica a interpretância da sociedade pela língua é o fato de a língua ser o que melhor permite a distinção entre indivíduo e sociedade, o que faz através da comunicação intersubjetiva (a relação *eu-tu*, que funda a interlocução humana) e da operação de referência (a relação *eu-tu/ele*, que fundamenta a possibilidade de *eu* e *tu* falarem sobre alguma coisa, sobre um certo *ele*). Segundo Benveniste, esse duplo funcionamento discursivo – (inter)subjetivo e referencial – garante a inclusão do falante como sujeito em seu discurso e como participante na sociedade; nessa inclusão, o homem se situa numa classe social, de autoridade ou de produção, descobrindo a língua enquanto *prática humana* reveladora dos usos particulares que sua classe dela faz. Mas como se dá tal inclusão no letramento acadêmico?

Em Oliveira (2016), formulamos a seguinte explicação enunciativa para o fenômeno do letramento acadêmico. O aluno universitário, ao se apropriar da língua para convertê-la em discurso na universidade, apropria-se também dos valores das *culturas de escrita acadêmica*. Estas consistem nos “quadros e esquemas culturais que prescrevem e interditam os usos da escrita e da oralidade acadêmicas por campos do saber específicos, regulando-lhes os modos de enunciação letrada em situações enunciativas de letramento acadêmico particulares.”

(OLIVEIRA, 2016, p. 106, grifo do autor)⁶. A incorporação, pelo aluno, dos valores culturais acadêmicos garante-lhe o estabelecimento da alteridade com o *outro* da cultura (*ELE*), as culturas de escrita acadêmica⁷.

Ao colocar a língua em funcionamento a cada vez que fala, ouve, escreve e lê textos escritos e orais letrados, o locutor-aluno instancia-se subjetivamente no discurso letrado e, com o alocutário-professor/colegas, constitui intersubjetivamente o quadro figurativo da enunciação letrada, dando início a um processo de ressignificação da sua relação com a língua e com o outro. A inscrição na estrutura enunciativa do diálogo letrado requer do locutor-aluno, além da assunção do lugar de *eu* e da atribuição do lugar de *tu* ao alocutário-professor/colegas, a constituição do *ele* como a língua atualizada em discurso para a produção de sentidos e referências. A apreensão da referência enquanto *situação discursiva*, *tema do discurso* e *atitude do locutor*⁸ torna possível a sua instanciação no duplo funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso letrado, por meio do qual constitui a alteridade com o outro da alocação (*tu*), o alocutário-professor/colegas.

A consolidação da dupla alteridade⁹ com o outro da alocação (*tu*) – o alocutário-professor/colegas – e com o *outro* da cultura (*ELE*) – as culturas de escrita acadêmica – possibilita ao locutor-aluno incluir-se como sujeito no discurso letrado acadêmico ao mesmo

⁶ Por que pluralizar o termo *cultura* se Benveniste não o faz? Com efeito, todas as definições benvenistianas de cultura a tomam no singular, mas um singular que parece incluir a heterogeneidade constitutiva desse fenômeno simbólico: *meio humano; conjunto muito complexo de representações; multidão de noções, prescrições e interdições; universo de símbolos; sistema que distingue o que tem sentido e o que não tem; expressão privilegiada da sociedade*. Assim, nossa opção por pluralizar o termo deve-se não a uma discordância com a visão de Benveniste ou a uma simples questão de nomenclatura, mas a um posicionamento requerido pelo campo dos Estudos do Letramento. Neste trabalho, referimo-nos ao campo como Estudos do Letramento (no singular), pois é este o uso que se consolidou no Brasil. Já a vertente dos Estudos dos Letramentos Acadêmicos, recente no país, parece ainda não ter um nome consolidado, de modo que decidimos seguir a opção terminológica da maioria dos pesquisadores britânicos, os quais falam em *Academic Literacies* (Letramentos Acadêmicos, no plural). Conforme Street (2014, p. 18), tal opção deve-se ao fato de que esses estudos contrapõem-se “à ênfase dominante num ‘Letramento’ único e ‘neutro’, com L maiúsculo e no singular” e defendem a multiplicidade das práticas letradas. Por isso, gostaríamos de marcar com o plural a diversidade dos contextos de uso da escrita e da oralidade acadêmicas. Por que, então, não pluralizamos o termo *letramento acadêmico*, como os estudiosos britânicos? Ora, porque a concepção enunciativa de letramento acadêmico que estamos construindo o toma como um ato singular (não no sentido homogeneizante do Letramento com “L” maiúsculo, mas no sentido enunciativo de ato particular a cada locutor), de forma que sua pluralização, por razões de precisão teórico-conceitual, não se justificaria. Escolhemos, portanto, assinalar tal diversidade com o termo *culturas de escrita acadêmica*, pois compreendemos que cada grupo ou classe social, assim como cada área do conhecimento e cada campo disciplinar no interior dela, singulariza no uso as propriedades gerais da escrita e da oralidade letrada, constituindo “um universo particular relativamente coordenado” (BENVENISTE, 2006, p. 102): uma *cultura de escrita*.

⁷ Tais valores culturais nem sempre se materializam de modo evidente na linearidade do discurso acadêmico, caso contrário limitar-se-ia o letramento acadêmico a um processo de aculturação do estudante nos discursos e nos gêneros de sua área do conhecimento, como preconiza o modelo da socialização acadêmica (LEA; STREET, 1998), perspectiva que busca adaptar o aluno a práticas acadêmicas pretensamente universais, transparentes e homogêneas. Essa opacidade do discurso acadêmico exige, por parte do aluno, uma vivência de situações enunciativas que o convoquem a inserir seu discurso no mundo letrado acadêmico para se apropriar da língua-discurso desse mundo e dos dados culturais que ela traduz, e, por parte do professor, práticas de ensino e avaliação de textos acadêmicos que sejam explícitas e problematizadoras (KNACK; OLIVEIRA, 2017), a fim de desenvolver junto aos discentes uma atitude crítica e reflexiva quanto aos seus modos de se relacionar com a língua e com o outro na universidade.

⁸ A *atitude do locutor* define-se como a posição assumida por aquele que fala/escreve em relação ao que fala/escreve e a quem fala/escreve, posição esta que comanda todas as suas escolhas de forma, sentido e conteúdo (OLIVEIRA, 2016).

⁹ Conforme Silva (2009), toda enunciação é constituída por uma alteridade com o outro da alocação (*tu*) e com o *outro* da cultura (*ELE*). Assim, essa dupla alteridade constitui também o ato enunciativo de letramento acadêmico, no qual postulamos o outro da alocação como o alocutário-professor/colegas e o *outro* da cultura como as culturas de escrita acadêmica.

tempo em que se inclui como participante nas culturas de escrita acadêmica, instaurando-se, assim, singularmente como sujeito de linguagem no mundo letrado acadêmico. Tal formulação resultou numa concepção de letramento acadêmico como “*um ato enunciativo de inscrição do homem nas culturas de escrita acadêmica, nas quais ele se instaura como sujeito de linguagem e renova sua relação com a língua materna a cada vez que insere seu discurso no mundo letrado acadêmico para falar, ouvir, escrever e ler textos escritos e orais letrados*” (OLIVEIRA, 2016, p. 128, grifos do autor).

Essa concepção de letramento acadêmico como ato de enunciação permite-nos, na seção seguinte, refletir sobre a especificidade enunciativa da escrita e da oralidade letrada na universidade.

4 Por uma abordagem enunciativa da escrita e da oralidade acadêmicas¹⁰

Quando se estuda um objeto como o letramento acadêmico, algumas necessidades se apresentam de antemão ao pesquisador, como a de esclarecer o que entende por *letramento acadêmico*, *escrita acadêmica* e *oralidade acadêmica*. Considerando que a definição enunciativa do primeiro termo foi apresentada na seção anterior, será a definição dos dois últimos o foco desta.

Ao final de *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste sinaliza a necessidade de estudos mais detidos sobre a escrita e a oralidade no escopo da enunciação: “Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006, p. 90, grifo nosso). Além de conferir à fala e à escrita o estatuto de *atos enunciativos*, o linguista insere-as dentre as ditas *formas complexas do discurso* que apresenta como desdobramentos a serem estudados no contexto da enunciação. Pensamos ser a escrita e a oralidade acadêmicas exemplos de formas complexas do discurso, o que requer que reflitamos acerca de sua natureza e de seu funcionamento a partir do que o próprio Benveniste teorizou sobre a fala e a escrita e a partir também de estudos de leitores seus sobre tais modalidades de uso da língua.

Benveniste não publicou em vida nenhum estudo especificamente centrado no oral e no escrito, porém a obra póstuma *Últimas Aulas no Collège de France* (2012) traz

¹⁰ Esta seção retoma, amplia e aprofunda a reflexão esboçada na seção 4.1 de Oliveira (2017b).

elaborações suas a respeito das duas modalidades¹¹. Na *Aula 8*, o linguista define: “A escrita é um sistema que supõe uma abstração de alto grau: abstrai-se do aspecto sonoro – fônico – da linguagem, com toda sua gama de entonação, de expressão, de modulação” (BENVENISTE, 2014, p. 128). Nessa definição inicial de escrita, destacam-se duas questões: a) a abstração de alto grau suposta pela escrita como primeira distinção em relação ao aspecto fônico da linguagem; b) o próprio aspecto fônico da linguagem. Detenhamo-nos inicialmente na primeira questão, para em seguida tratarmos da segunda e podermos relacionar ambas.

A abstração de alto grau suposta pela escrita deve-se ao fato de ela tornar a língua uma realidade distinta do uso que dela faz o locutor, o qual “deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva” (BENVENISTE, 2014, p. 129). Esse desprendimento pelo locutor, na escrita, da representação da fala como *atividade*, *exteriorização* e *comunicação*, atrelada sempre a uma situação de diálogo e a uma necessidade ou vontade de falar, implica o abandono da riqueza contextual da oralidade.

Segundo Benveniste (2014, p. 131), trata-se para a criança na aquisição da escrita – e, diríamos, também para o aluno na aprendizagem desta em qualquer nível de ensino – “de uma língua que não se dirige nem a seus amigos nem a seus pais, uma língua da qual não se sabe quem a fala nem quem a ouve”. Isso não significa, entretanto, que a escrita seja destituída de caráter interlocutivo, mas que demanda um redimensionamento – e aí reside o desafio a ser enfrentado pela criança e pelo aluno – da interlocução como concebida na oralidade, a fim de considerar a leitura e a existência de um interlocutor distante, pois “ler é o critério da escrita. ‘Ler’ e ‘escrever’ são o mesmo processo no homem; um não ocorre jamais sem o outro, são duas operações complementares tão estreita e necessariamente associadas que uma é como o avesso da outra” (BENVENISTE, 2014, p. 180).

Tal redimensionamento da interlocução nos encaminha a pensar na inversibilidade enunciativa, descrita por Benveniste como uma das características que distinguem as pessoas *eu* e *tu* da não pessoa *ele*, pois *eu* pode inverter-se em *tu* e *tu* pode inverter-se em *eu* a cada enunciação, alternância não compartilhada por *ele*. Essa inversibilidade entre as pessoas do discurso é um dos elementos centrais na investigação feita por Knack (2012) acerca do funcionamento enunciativo de textos falados e escritos, investigação que leva a autora a analisar, na obra benvenistiana, *pistas* que permitem distinguir enunciativamente a fala da

¹¹ Não estamos propondo, aqui, um paralelo entre os *Problemas de Linguística Geral I e II* e as *Últimas Aulas no Collège de France*, obras com diferenças teóricas e editoriais que não podem ser ignoradas, mas consideramos que alguns aspectos em particular delas (como a inversibilidade enunciativa, nas duas primeiras, e a interdependência escrita-leitura, na terceira) podem ser postos em relação.

escrita, centrando-se nas categorias de pessoa, tempo e espaço que configuram o quadro enunciativo *eu-tu-aqui-agora*, formas pertencentes às duas modalidades, mas atualizadas de modo distinto no funcionamento intersubjetivo e referencial de cada uma delas.

O texto falado é concebido por Knack (2012) como “*o resultado de um processo falado de produção intersubjetiva, vinculado ao aspecto vocal, condensando o ato de enunciação e o produto deste no presente partilhado por locutor e alocutário*” (KNACK, 2012, p. 157, grifo da autora). Conforme a autora, além de realizar a língua vocalmente e ter uma materialidade de extensão não delimitada, o texto falado caracteriza-se por ser um *discurso síncrono*, que instancia locutor e alocutário no tempo – embora nem sempre no mesmo espaço – partilhado do diálogo.

O texto escrito, por sua vez, é concebido por Knack (2012) como “*o resultado de um processo de produção intersubjetiva entre locutores situados em tempo e espaço distintos, condensando o ato de enunciação e o produto deste*” (KNACK, 2012, p. 159, grifo da autora). Segundo a autora, embora apresente uma extensão não delimitada, bem como o texto falado, ao contrário deste, o texto escrito realiza a língua graficamente e não é um *discurso síncrono*, pois locutor e alocutário não partilham o tempo (*agora*) nem o espaço (*aqui*) da enunciação, peculiaridade que exige do alocutário, no ato de leitura, a *re-constituição* (NAUJORKS, 2011) das referências constituídas pelo locutor no ato de escrita.

As especificidades enunciativas da fala e da escrita conduzem Knack (2012) a propor a enunciação falada e a enunciação escrita como *fenômenos específicos* da enunciação. Esta é concebida como *fenômeno geral* por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970), em trecho no qual o linguista informa que a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos, detendo-se em três, dos quais o mais perceptível seria a *realização vocal da língua* (BENVENISTE, 2006, p. 82). Sobre o aspecto vocal da enunciação, Benveniste (2006, p. 82) assevera que “[o]s sons emitidos e percebidos [...] procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala” e que embora a ciência procure “eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica [...] cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente”.

A unicidade da enunciação fônica, vinculada à subjetividade de cada locutor e à singularidade de cada situação enunciativa, leva Diedrich (2015) a estudar o aspecto vocal da enunciação sob dois ângulos: sob o ângulo da *emissão* e sob o ângulo da *percepção* dos sons da língua. De acordo com a autora, “se há uma singularidade na emissão dos sons da língua, decorrente da subjetividade com que o locutor se apropria dos elementos vocais, [...] há

também singularidade na recepção desses sons” (DIEDRICH, 2015, p. 44). Apesar de ressaltar a percepção como um ato também singular, a pesquisadora relaciona-a à presença do *tu*, do alocutário instaurado pelo locutor na enunciação. Mas não seria a escuta (percepção) também um ato enunciativo, com um *eu* distinto do *eu* da fala (emissão)?

Tal possibilidade é descartada, em um primeiro momento, por Aresi (2012), que o faz no âmbito da discussão sobre a reflexão benvenistiana acerca do monólogo como um diálogo interiorizado que apresenta um *eu* desdobrado: o *eu locutor* e o *eu ouvinte*. Aresi (2012) atenta para o risco de se confundir o termo *eu*, em *eu locutor* e *eu ouvinte*, com o conceito teórico *eu*, pois este designaria a categoria de pessoa que inscreve linguisticamente o sujeito em seu discurso, enquanto aquele designaria os integrantes do quadro figurativo do monólogo – ambiguidade esta que inexiste no texto original em francês, em que o pronome *moi* (*eu*), em *moi locuteur* e *moi écouleur*, distingue-os do conceito teórico *je* (*eu*). Para o autor, o resultado de tal confusão seria cometer uma *redundância* e um *disparate*: “[...] a expressão ‘eu locutor’ constituiria uma redundância; a expressão ‘eu ouvinte’, um disparate, **uma vez que eu é sempre a forma assumida pelo locutor. O ouvinte será sempre implantado como tu**” (ARESI, 2012, p. 166, itálicos do autor, negritos nossos).

Entretanto, mais adiante em sua reflexão, Aresi (2012) observa que, em *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste enfatiza a enunciação fônica não só como *emissão*, mas também como *recepção*, e questiona-se: “[...] seria a consideração à realização vocal da língua distinta nas instâncias de emissão e percepção dos sons?”, ou então, “se a enunciação supõe o estabelecimento de referência pelo locutor e co-referência pelo interlocutor, no e pelo discurso, essa co-referência atribuída pelo outro consistiria numa nova enunciação?” (ARESI, 2012, p. 180). Como Aresi (2012) e Diedrich (2015) apenas sinalizam a escuta como um ato enunciativo, sem se deterem na questão, cremos que esta permanece à espera de um estudo mais aprofundado, que excede os objetivos deste trabalho, mas que não pode deixar de ser aqui introduzido, pois entendemos que a escuta tem papel central numa concepção enunciativa de letramento acadêmico.

Segundo Benveniste, em *Últimas Aulas no Collège de France* (2012), “/falar/ está para /ouvir/ assim como /escrever/ está para /ler/” (BENVENISTE, 2014, p. 173), pois “a relação da leitura com a escrita é simétrica à da fala ouvida com a fala enunciada” (BENVENISTE, 2014, p. 181). Dessa relação de homologia firmada pelo linguista entre falar-ouvir e escrever-ler, destacamos a possibilidade de se conceber a escuta, a exemplo da fala, da escrita e da leitura, como um *ato enunciativo*. Tal possibilidade parece ser excluída por Benveniste, em

seus artigos canônicos¹², em todas as suas formulações sobre o ouvinte como o *tu*, o alocutário implantando pelo locutor, a quem é atribuído o papel de se apropriar da língua para dizer *eu*; parece ser excluída, sobretudo, no desfecho de *O aparelho formal da enunciação* (1970), no qual o autor declara que a enunciação escrita “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Levando em conta essa passagem, indagamo-nos: somente a enunciação escrita se situaria em dois planos, o da escrita e o da leitura? E a enunciação falada? Não se situaria ela também em dois planos, o da fala e o da escuta?

Se, como propõe Benveniste em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), a situação de troca e de diálogo inerente ao exercício da linguagem confere ao discurso dupla função – a de representar a realidade para o locutor e a de recriá-la para o alocutário –, então podemos afirmar que a intersubjetividade e a referência estão no centro da questão. Intersubjetividade e referência se apresentam como inter-relacionadas na enunciação, na medida em que a condição do emprego da língua para *a expressão de uma certa relação com o mundo* “é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente pelo discurso, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Assim, conceber a escuta como um ato enunciativo significa concebê-la como uma co-referência que é também uma referência e o ouvinte como um co-locutor que é também um locutor. Nessa direção, defendemos que a enunciação falada, assim como a enunciação escrita, situa-se em dois planos: aquele que fala se enuncia ao falar e, no interior de sua fala, faz os indivíduos se enunciarem. O que distingue os dois planos enunciativos da enunciação falada – fala e escuta – dos dois planos enunciativos da enunciação escrita – escrita e leitura – é a configuração do quadro enunciativo *eu-tu-aqui-agora*.

Na enunciação escrita, a temporalidade e a espacialidade se desdobram, de um lado, no tempo e no espaço do ato de escrita, e, de outro, no tempo e no espaço do ato de leitura. Há, portanto, *duas instâncias de discurso distintas*, cada uma das quais situada num *aqui-agora* particular e convertida em um centro de referência interno fixado por um *eu* também particular: na escrita, o *eu* é o locutor-escrevente; na leitura, o locutor-leitor. O *tu* da escrita é o leitor apenas previsto pelo escrevente quando do ato de escrita e que ainda não assumiu sua posição de locutor, o que só fará quando do ato de leitura.

¹² Por artigos canônicos, entendemos os capítulos que integram as partes *A comunicação* e *O homem na língua*, as seções dos PLG I e II que, segundo Normand (2009), reúnem os principais textos dedicados à temática da enunciação.

Se na enunciação escrita há duas instâncias de discurso distintas espacial e temporalmente, na enunciação falada, há uma “dupla instância conjugada” (BENVENISTE, 2005, p. 279) no tempo e, frequentemente, no espaço: a instância da fala e a instância da escuta, que apresentam estruturas dialógicas diferentes, mas *sobrepostas*. No ato de fala, o *eu* é o locutor-falante e o *tu*, o alocutário-ouvinte; no ato de escuta, o *eu* é o locutor-ouvinte e o *tu*, o alocutário-falante. A sobreposição de tais instâncias de discurso deve-se ao fato de ambas partilharem o tempo e, muitas vezes, o espaço da enunciação. Para Benveniste, em *A linguagem e a experiência humana* (1965), a condição de inteligibilidade da linguagem é o ouvinte aceitar como sua a temporalidade do falante, de modo que o tempo da escuta é uma recriação do tempo representado na fala, o que evidencia que “é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem” (BENVENISTE, 2006, p. 80). Em outros termos, para haver co-referência/referência na escuta, o locutor-ouvinte deve se enunciar no interior da fala do locutor-falante, produzindo uma enunciação de retorno simultânea no seu âmago mesmo: eis a condição da compreensão do discurso oral e da produção de sentido no ato de ouvir.

Essas reflexões sobre a enunciação falada e a enunciação escrita, ao destacarem a intersubjetividade constitutiva da língua em uso em todas as suas modalidades (fala, escuta, escrita e leitura), possibilitam-nos pensar tais modalidades no contexto acadêmico.

Silva (2016) parte das formulações benvenistianas presentes nas *Últimas Aulas no Collège de France* (2012) para propor que, assim como ler é o critério da escrita, ouvir é o critério da fala, sendo tais usos da língua atos enunciativos que a atualizam em discurso e constituem a criança na aquisição da linguagem e o aluno na aprendizagem da língua materna. Embora não teorize sobre a especificidade enunciativa da escuta, a autora toma o falar, o ouvir, o escrever e o ler como atos de enunciação e *processos interdependentes, avessos uns dos outros*, que se renovam a cada nova situação de convívio com a linguagem, como as novas situações com as quais se depara o estudante ao ingressar na universidade.

De fato, para se integrar ao mundo letrado acadêmico, o aluno universitário precisa aprender os *rudimentos da escrita* desse mundo, definidores não apenas dos textos que ele deve ler e escrever como também daqueles que deve ouvir e produzir oralmente na academia.

A escrita acadêmica vincula-se historicamente à produção do conhecimento formal e à consolidação dos diferentes saberes disciplinares, de modo que a instauração nessa forma complexa do discurso possibilita “o acesso dos alunos aos mundos construídos com base na escrita nas Ciências, nas Humanidades, nas Linguagens Matemáticas, nas Artes” (SIMÕES et al., 2012, p. 44). Trata-se de uma *escrita institucionalizada e padronizada*, “que pressupõe a

relação de transmissibilidade de conhecimentos específicos” (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2013, p. 9), produzidos por campos do saber igualmente específicos.

A institucionalização e a padronização da escrita acadêmica manifestam-se não apenas nos modos particulares de organização textual que se estabilizaram em termos de gêneros de textos no universo acadêmico (resumo, resenha, relatório, ensaio, artigo, monografia, dentre outros), mas também em prescrições escriturais de caráter menos evidente, relacionadas a “pressupostos, convenções e acordos tacitamente estabelecidos” (MARINHO, 2010, p. 377) acerca do *como* escrever na universidade. Desde a escolha de formas verbais pessoais e não pessoais para a produção de distintos efeitos de sentido no discurso – maior proximidade, no caso das formas de primeira pessoa; maior distanciamento, no caso das formas de terceira pessoa – até os procedimentos linguísticos para se apropriar do dizer do outro sem, contudo, confundir esse dizer com o seu próprio, ao citá-lo, parafraseá-lo, reformulá-lo, resumi-lo e resenhá-lo, a escrita acadêmica, mais do que um conjunto de técnicas de redação, revela-se como uma *forma complexa de um discurso institucionalizado*. Isso significa que a escrita acadêmica requer um ensino explícito, de modo a se evitarem as *práticas institucionais do mistério* que tradicionalmente caracterizam o letramento acadêmico (LILLIS, 1999).

Sito (2016) aponta a citação em textos acadêmicos como um exemplo de prática institucional do mistério. Defende a autora que esse *novo modo de enunciação* deve ser ensinado de maneira explícita, pois provoca conflitos na constituição letrada dos estudantes, “os quais se sentem ‘incomodados’, ao interpretarem que explicitar a autoria das citações seria sugerir que eles não podem chegar a pensar algo por conta própria” (SITO, 2016, p. 86). Além da citação, recursos como a menção e a reformulação constituem-se desafios a alunos de graduação, que sentem dificuldades em orquestrar as diferentes vozes em seus textos. Conforme a autora, isso gera um paradoxo entre os estudantes, pois, de um lado, há aqueles que se incomodam em ter de atribuir a outros a autoria de seu texto, e, de outro, há os que concluem que sua voz não é necessária em seu texto, somente a de outros.

Também Street (2010) nos dá um exemplo de prática institucional do mistério ao abordar as chamadas *dimensões escondidas* de artigos acadêmicos. Em relato de uma experiência de ensino do gênero artigo acadêmico a estudantes de doutorado e mestrado, o autor explica que seu foco não foi a estrutura textual do gênero (introdução, referencial teórico, metodologia, análise), predominante em listas padronizadas de itens a serem seguidos e no ensino tradicional da produção textual acadêmica, mas o que ele chama de dimensões escondidas, isto é, critérios implícitos utilizados por avaliadores e revisores de trabalhos submetidos a congressos e periódicos. Dentre tais parâmetros, explicitados aos alunos na

elaboração conjunta de uma grade avaliativa, o autor insere características como o enquadramento (gênero, interlocutores e propósito do texto), a introdução (formas diversas de apresentar o texto e despertar no leitor a vontade de lê-lo na íntegra), a voz do autor (tese defendida), o ponto de vista (alegações de credibilidade e posição autoral inscrita no texto), a contribuição do trabalho (para o conhecimento, para a área de pesquisa e para estudos futuros), a linguagem (recursos linguísticos necessários, mas muitas vezes evitados pelos estudantes, como a repetição lexical e discursiva para fins de manutenção temática), a estrutura (modos mais sofisticados de organizar as seções do texto e intitulá-las, que não precisam seguir uma sequência normatizada e títulos mecanicistas como *referencial teórico, métodos, dados*) e a conclusão (estratégias mais sutis de finalização do texto, como o uso de tempos verbais do futuro para sinalizar as perspectivas da pesquisa).

Assim, não sendo inata ao homem nem uma simples ferramenta por ele criada, a escrita acadêmica e suas complexas formas de expressão precisam ser aprendidas. Dentre essas complexas formas, inclui-se a leitura de textos acadêmicos. A esse propósito, Rottava (2012) investiga as dificuldades de leitura de alunos iniciantes num curso de Letras e constata, dentre outros problemas enfrentados pelos participantes da pesquisa, a pouca familiaridade com textos acadêmicos e a necessidade de transitar teoricamente entre conceitos não conhecidos durante as leituras. Assim, a leitura acadêmica demanda também, do aluno, a apropriação das convenções escriturais de seu campo do saber, a fim de que possa se familiarizar com a natureza dos textos acadêmicos e do conhecimento que veiculam.

Tais convenções escriturais incidem ainda sobre a *oralidade letrada*, modalidade de uso da língua em que há forte continuidade entre fala e escrita e que é empregada em contextos públicos e institucionais de uso da língua falada, de modo que é, tal qual a escrita acadêmica, também uma *forma complexa de um discurso institucionalizado*. Apesar de essa forma discursiva ser extremamente relevante em contexto acadêmico, há uma considerável lacuna no país no que tange a reflexões teórico-metodológicas sobre as práticas orais letradas na universidade, lacuna esta que o presente estudo objetiva ajudar a preencher. Tomamos o termo *oralidade letrada* emprestado de Simões et al. (2012):

[...] em diversos contextos de uso da língua falada, principalmente os públicos e institucionais, as práticas de linguagem serão letradas, pois em tais contextos se fazem presentes fortes efeitos da continuidade entre fala e escrita. São, enfim, contextos de fala nos quais diversos textos escritos se tornam de algum modo relevantes, **o que é sinalizado às vezes pela presença concreta de textos escritos, mas muitas vezes pelos contornos a partir dos quais o diálogo é constituído, em sua organização macroestrutural e nos usos mais pontuais dos próprios recursos da língua.** (SIMÕES et al., 2012, p. 44, grifos nossos).

Com efeito, na universidade, o aluno vê-se convocado a ouvir e produzir textos orais letrados em diversos eventos de letramento acadêmico, desde o acompanhamento de uma conferência ministrada por um renomado estudioso de seu campo do saber até a divulgação, em encontros acadêmicos, dos resultados de suas participações em projetos de pesquisa, ensino e extensão. A principal situação enunciativa de oralidade letrada em âmbito universitário, contudo, é a *aula*. A aula é o *aqui-agora* por excelência da formação de falantes e ouvintes de textos orais letrados, pois é na aula, por meio dos atos enunciativos de fala e, sobretudo, de escuta, que o locutor-aluno assimila o conhecimento científico nas trocas intersubjetivas com o alocutário-professor/colegas.

Em todas essas situações enunciativas, na conferência, na comunicação oral, na aula e em qualquer outra circunstância acadêmica de fala pública, a oralidade letrada se apresenta, em maior ou menor escala, *entrelaçada* à escrita. Seja o texto sendo lido na íntegra pelo conferencista, sejam os *slides* orientando a apresentação do comunicador, sejam as cópias e as anotações dos textos teóricos conduzindo os debates em aula, o texto oral letrado traz, em sua tessitura mesma, os contornos do texto escrito, entrelaçamento este que se revela na “arquitetura singular das partes e do todo” (BENVENISTE, 2005, p. 127), constituída no engendramento das formas (sintagmatização) com vistas a uma construção de sentidos (semantização) que sejam solidários, coesos e hierarquizados, de modo a possibilitarem a percepção da totalidade da ideia do discurso numa compreensão global.

A imbricação entre a escrita e a oralidade acadêmicas, em que esta “toma emprestados a construção e os fins” (BENVENISTE, 2005, p. 267) daquela, afasta a perspectiva enunciativa de letramento acadêmico que aqui assumimos da tese da grande divisão entre as modalidades escrita e oral (STREET, 2014), excluindo, dessa forma, qualquer possibilidade de se concebê-las como dicotômicas, uma vez que os instrumentos linguísticos que as realizam na enunciação e os próprios atos (fala, escuta, escrita e leitura) e situações enunciativas (eventos de letramento) em que são produzidas são mais constitutivamente semelhantes do que formalmente diferentes.

5 Conclusão

Para concluir, retomemos a questão norteadora da reflexão desenvolvida ao longo deste artigo: *como se constituem enunciativamente a escrita e a oralidade letrada na universidade?* A busca por uma resposta a tal pergunta nos conduziu a uma incursão pelos

campos dos Estudos dos Letramentos Acadêmicos e da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, incursão esta que evidenciou a relevância social de pesquisas acerca das práticas letradas acadêmicas e o potencial de um diálogo interdisciplinar entre essas pesquisas e as teorias textuais, discursivas e enunciativas.

Dentre tais teorias, assumimos a de Benveniste como perspectiva teórica principal e, a partir dela, dedicamo-nos a estudar a natureza e o funcionamento linguístico-enunciativo da escrita e da oralidade letrada na universidade. Nesse estudo, destacaram-se questões comuns a ambas as modalidades, como o seu estatuto de *formas complexas do discurso* e o seu *caráter institucional*. A complexidade dessas formas do discurso letrado reside, de um lado, no desdobramento de cada uma delas em dois planos enunciativos (a escrita acadêmica nos planos da escrita e da leitura; a oralidade acadêmica nos planos da fala e da escuta), e, de outro, no atravessamento delas pelas culturas de escrita acadêmica (os contextos culturais que regulam os modos de enunciação letrada em situações enunciativas de letramento acadêmico particulares). Já o caráter institucional da escrita e da oralidade acadêmicas deve-se à sua vinculação à instituição universitária e à constituição dos distintos campos do saber, os quais produziram historicamente não apenas conhecimentos disciplinares específicos como também convenções escriturais igualmente específicas na veiculação desses conhecimentos.

Parafraseando Benveniste (2005, p. 293, grifo do autor), para quem o discurso “é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística”, podemos definir o *discurso letrado* como *a língua enquanto assumida pelo homem que fala, ouve, escreve e lê no mundo letrado, e sob a condição da intersubjetividade, única que torna possível a produção e a compreensão de textos escritos e orais letrados na construção conjunta do conhecimento*.

A partir dessa definição mais geral, concebemos, de modo mais específico, a *escrita acadêmica* como *uma forma complexa do discurso letrado desdobrada em dois planos enunciativos distintos: o plano da produção escrita, que requer do locutor-escrevente a apropriação dos conhecimentos disciplinares e das convenções escriturais próprias ao seu campo do saber, bem como o desprendimento da riqueza contextual no processo de conversão da língua em discurso escrito; e o plano da leitura, que requer também do locutor-leitor a apropriação dos conhecimentos disciplinares e das convenções escriturais próprias ao seu campo do saber, para que possa transitar entre conceitos teóricos e re-constituir as referências produzidas pelo locutor-escrevente a partir do sentido atualizado em formas no texto escrito*.

Concebemos igualmente a *oralidade acadêmica* como uma forma complexa do discurso letrado, porém desdobrada em dois planos enunciativos sobrepostos: o plano da fala, que requer do locutor-falante a apropriação dos conhecimentos disciplinares e a incorporação das convenções escriturais próprias ao seu campo do saber na sua realização vocal; e o plano da escuta, que requer do locutor-ouvinte a aceitação como sua da temporalidade do locutor-falante e a produção simultânea de uma enunciação de retorno no interior da enunciação deste.

A instauração nessas duas formas complexas do discurso letrado é condição da inscrição do aluno universitário nas culturas de escrita acadêmica, de modo que um ensino qualificado da escrita e da oralidade acadêmicas torna-se imprescindível para que o letramento acadêmico promova mais do que uma instrumentalização ou uma aculturação do estudante, mas uma verdadeira ressignificação da sua relação com a língua materna a cada vez que inserir seu discurso no mundo letrado acadêmico para falar, ouvir, escrever e ler textos escritos e orais letrados, pois cada um desses atos enunciativos “é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos” (BENVENISTE, 2006, p. 68).

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, Cármen; ARAÚJO, Érica Daniela de; LEITE, João de Deus. Rasuras em manuscritos escolares e implicações enunciativas: da projeção de (inter)locução à transmissibilidade. *Letras & Letras*, v.29, n.1, p.1-20, 2013.
- ARESI, Fábio. *Síntese, organização e abertura do pensamento de Émile Benveniste: uma exegese de O aparelho formal da enunciação*. 2012. 207f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- _____. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- _____. *Últimas aulas no Collège de France: 1968 e 1969*. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- DIEDRICH, Marlete Sandra. *Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem*. 2015. 147f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.
- DOSSE, François. Benveniste: a exceção francesa. In: DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. v.2. Campinas: Editora Ensaio, 1994.
- FIAD, Raquel. A escrita na universidade. *Revista da ABRALIN*, n. Especial, p. 357-369, 2011.

_____. Algumas considerações sobre os letramentos acadêmicos no contexto brasileiro. *Pensares em Revista*, v.1, p. 23-34, jan.-jun./2015.

FISCHER, Adriana. *A construção de letramentos na esfera acadêmica*. 341f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

_____; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades em Émile Benveniste. *ReVEL*, edição especial n.7, p. 1-14, 2013.

KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. 189f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

_____; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Avaliação de textos acadêmicos escritos: uma perspectiva enunciativa. *Desenredo*, v. 13, n. 03, p. 706-732, set.-dez., 2017.

LEA, Mary R.; STREET, Brian V. Student writing in higher education: un academic literacies approach. *UK Studies in Higher Education*, v.23, n.2, p.157-172, 1998.

LILLIS, Theresa. Whose “Common Sense?” Essayist literacy and the institutional practice of mystery. In: JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (Orgs). *Students writing in the university: cultural and epistemological issues*. Amsterdam : John Benjamins, 1999.

LILLIS, Theresa; SCOTT, Mary. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. *Journal of Applied Linguistics*, v.4, n.1, p.5-32, 2007.

MARINHO, Marildes. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v.10, p.363-386, 2010.

_____. “*As palavras difíceis chegaram*”: a entrada de grupos tradicionais no universo da escrita acadêmica. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS. Anais do VI SIGET, Natal, 2011.

NAUJORKS, Jane da Costa. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. 2011. 153f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

NORMAND, Claudine. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. In: Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./mar., 2009.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes (2016). *Do homem na língua ao sujeito na escrita: bases para um diálogo entre Letramento e Enunciação*. 143f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. (2017a). Os Estudos dos Letramentos Acadêmicos no Brasil: influências, origens e perspectivas. *Revista DisSoL – Discurso, Sociedade e Linguagem*, v. IV, p. 89-101, 2017.

_____. (2017b). Letramento e Enunciação: bases para um diálogo. *Domínios de Lingu@gem*, v. 11, p. 1205-1245, 2017.

ROTTAVA, Lucia. A leitura em contexto acadêmico: o processo de construção de sentidos de alunos do primeiro semestre do curso de Letras. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v.37, n.63, p.160-179, jul.-dez./2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

_____. Experiências de significação na linguagem: enunciação e ensino de língua materna. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v.41, n. Especial, p.20-28, jan.-jun./2016.

SIMÕES, Luciene Juliano et alii. *Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura*. Erechim: Edelbra, 2012.

SITO, Luanda Rejane Soares. *Escritas afirmativas: estratégias criativas para subverter a colonialidade em trajetórias de letramento acadêmico*. 2016. 297f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2016.

STREET, Brian V. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos (2010). *Perspectiva*, Florianópolis, v.28, n.1, p.541-567, jul.-dez./2010.

_____. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. Letramentos acadêmicos: avanços e críticas recentes. In: AGUSTINI, Cármen; BERTOLDO, Ernesto (Orgs.). *Incursões na escrita acadêmico-universitária: letramento, discurso, enunciação*. Uberlândia: EDUFU, 2017, p. 21-33.

Recebido em 04/03/2018. Aceito em 24/06/2018.